

## Irresponsabilidade fiscal

Entre os sustos que o ministro Paulo Renato tomou na semana passada, todos relacionados com cortes de verbas do Ministério da Educação, um foi particularmente desnecessário. Os integrantes da subcomissão de Educação, Cultura e Desportos da Comissão do Orçamento do Congresso decidiram transferir R\$ 44,6 milhões destinados ao custeio das universidades federais para a construção de quadras e ginásios de esporte. Queriam exibir a seus eleitores instalações esportivas construídas em ano eleitoral, a maioria das quais seguramente ficaria, depois, abandonada por falta de pessoal e de recursos para o custeio. Obras assim não se destinam ao fomento do esporte e à recreação da população. São meramente eleitoreiras e representam um enorme desperdício de recursos públicos. No caso desse remanejamento de verbas na proposta orçamentária, os prejuízos para o País seriam maiores.

Não apenas os R\$ 44,6 milhões teriam má destinação como estavam sendo retirados do custeio das universidades federais. No caso da Universidade Federal de São Paulo, por exemplo, a residência médica poderia ter sido comprometida por um corte de 25% de todas as despesas de custeio da instituição. No caso da Universidade de Brasília, o corte anularia o esforço de captação de recursos externos, que seriam investidos na melhoria da UnB. A maior parte das universidades federais não teria dinheiro para cobrir as despesas com auxílio-creche e vale-refeição dos funcionários e professores.

Tais cortes seriam justificados se fizessem parte de um programa coerente de contenção dos gastos das universidades federais, por vezes pródigas na contratação de pessoal e relaxadas na fiscalização do cumprimento dos deveres dos funcionários, professores e alunos. O que os congressistas pretendiam apenas acrescentaria ineficiência à estrutura universitária federal, já que durante o exercício fiscal os administradores seriam obrigados a fazer remanejamentos internos de verbas para cobrir as despesas

obrigatórias de funcionamento da máquina administrativa, cancelando investimentos, deixando de construir laboratórios e de melhorar os recursos pedagógicos. Só na Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação a aventura eleitoreira cortaria R\$ 20 milhões originalmente destinados à informatização das universidades e à conservação e recuperação das bibliotecas.

Felizmente, o juízo que faltou aos membros da subcomissão não faltou ao relator-geral do Orçamento-Geral da União, que pôs um fim à extravagância.

Preocupa, porém, que o comportamento dos membros da subcomissão seja considerado normal, às vésperas do ano eleitoral, pela maioria dos parlamentares. Não se deve esperar deles que, havendo a oportunidade, percam a vaza de ajudar a própria reeleição, mesmo que isso represente

um sério prejuízo para o interesse público ou a descontinuidade de políticas públicas. Eles nada vêem de errado nesses lances oportunistas e é por isso que tais episódios se repetem, com maior frequência às vésperas de eleições. Existem, no entanto, soluções para conter dentro de limites razoáveis essa perversa manifestação da natureza humana, conjugada com hábitos políticos pouco recomendáveis. Uma delas seria a inclusão, na Lei de Dire-



■ Antonio Carlos Pereira é jornalista

**Os parlamentares  
hoje remanejam  
verbas à vontade,  
sem preocupação  
com as  
consequências**

trizes Orçamentárias, de dispositivo que obrigue o administrador público a enquadrar na verba aprovada pelo Congresso as suas despesas obrigatórias. Assim, se a Comissão Mista de Orçamento cortar 25% das verbas de custeio de uma universidade, estará automaticamente determinando a seu reitor que demita os funcionários que em consequência fcarão ociosos ou não puderem receber os serviços proporcionados aos demais. Hoje, como estão as coisas, os parlamentares remanejam verbas à vontade, sem preocupações ou responsabilidade para com as consequências. Manobras eleitoreiras provocam a deterioração dos serviços prestados pelo Estado sem que deputados e senadores apareçam como responsáveis pelas decisões que tomaram. É a irresponsabilidade fiscal.